

Discurso do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, no Ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do Pré-Sal – Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF – 31/08/2009.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores,

Tenho a satisfação e a honra de apresentar, neste evento memorável, o resultado dos estudos da Comissão Interministerial instituída pelo Presidente Lula para formular proposta de um novo marco regulatório para a exploração e produção de petróleo e gás natural para o País.

Entendeu o Senhor Presidente da República que, em face das extraordinárias descobertas de petróleo e gás na província marítima denominada Pré-Sal, tornou-se necessária, imprescindível e urgente a atualização de nossa legislação para o setor, a exemplo do que fizeram outras nações ao identificar em seus territórios reservas tão generosas.

Durante mais de um ano, seguindo diretrizes do Senhor Presidente, os membros desta Comissão que, juntamente com a Ministra Dilma Roussef, tive a honra de coordenar, dedicaram o melhor dos seus esforços e de suas inteligências, movidos pelo mais legítimo interesse nacional, para cumprir fielmente a missão determinada por Sua Excelência.

Além dos Ministros de Estado Miguel Jorge, Guido Mantega, Paulo Bernardo e José Antonio Toffoli, dos Presidentes do BNDES e da Petrobras, do Diretor-Geral da ANP, outros dirigentes e técnicos da mais alta qualificação de vários setores do governo contribuíram para a formatação da proposta que hoje se materializa.

O trabalho que estamos apresentando, e que será submetido a um amplo debate nacional, resultou de estudos aprofundados sobre as leis vigentes para o setor na maioria dos países produtores e exportadores de petróleo, da análise da situação econômica mundial e de seus cenários futuros, e, principalmente, da defesa intransigente, inamovível, dos interesses do Brasil.

Nossos estudos tiveram como norte, como bússola, o artigo 20 da Constituição Federal, que estabelece:

“São bens da União (vale dizer, do povo brasileiro) os recursos minerais, inclusive os do subsolo”.

Com base nesse preceito constitucional, o novo modelo propõe beneficiar todos os brasileiros com os resultados do aproveitamento das riquezas do Pré-Sal.

Para tanto, estabelece-se uma política de desenvolvimento nacional, com a criação de condições de sustentabilidade, de modo a evitar que o Brasil se torne apenas um exportador de petróleo, sem agregar desenvolvimento e bem-estar para a população.

O Brasil tem pressa para transformar-se em país desenvolvido, moderno, com a superação de desigualdades e injustiças que, há tanto tempo, clamam por solução.

Com base nisso, o que propomos é o fortalecimento do pacto federativo, mediante a distribuição das riquezas nacionais com todos os Estados e municípios da Federação.

Os Estados e os municípios confrontantes com a área do Pré-Sal terão um tratamento diferenciado.

Mas os demais também precisam ser contemplados, pois somente assim será alcançado o reequilíbrio, o reajustamento do pacto, que é o fundamento da unidade nacional.

É justamente nessa ótica que se enquadram as orientações do Presidente Lula. Ele visualiza a exploração dessas imensas reservas como parte de uma concepção estratégica direcionada para a transformação do País.

ANTECEDENTES

Senhoras e senhores,

O marco legal para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, em vigor, é regido pela Lei nº 9.478, de 1997, a conhecida Lei do Petróleo.

Quando concebida, a Lei do Petróleo considerava um cenário em que o País possuía pouca produção, tendo que importar cerca de 40% do petróleo consumido. A exploração de nossas bacias sedimentares era, então, uma atividade de risco elevado.

O ambiente decorrente da Lei do Petróleo modificou esse contexto, ao permitir a atração de investimentos e a evolução destacada do setor ao longo da década seguinte.

Nesse período, as licitações para exploração e produção de petróleo e gás, promovidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, tinham como objetivos principais:

assegurar o atendimento da crescente demanda interna por petróleo e gás natural;
repor e ampliar as reservas nacionais, com a meta de aumentar a produção futura; e
diminuir a dependência externa.

Esses objetivos foram plenamente alcançados, pois, já em 2006, pôde o Presidente Lula comunicar a nossa autossuficiência na produção de petróleo.

CENÁRIO ATUAL

Em 2007, a Petrobras anunciou a descoberta de petróleo leve e gás natural na Bacia de Santos, com enorme potencial de reservas e boas perspectivas de recuperação, nos sedimentos situados abaixo de uma espessa camada de sal, região esta denominada Pré-Sal.

A descoberta representou, desde logo, para o Brasil, a possibilidade de aumentar significativamente suas reservas, de modo a atender com folga a demanda interna, e, também, posicionar-se como importante exportador de petróleo.

Um novo horizonte se descortinou para a indústria petrolífera no País.

A expectativa é de que a nova província do Pré-Sal posicionará o Brasil entre os dez países com as maiores reservas de petróleo e gás natural.

O quadro que se vislumbra no curto prazo é altamente promissor, embora os desafios tecnológicos e de logística sejam gigantescos: a grande distância da costa; a profundidade dos reservatórios; a dimensão da lâmina d'água; e a espessura da camada de sal.

Mas o Brasil já demonstrou que não teme desafios. A prova está na exploração da área de Tupi, cujo Teste de Longa Duração foi iniciado em 1º de maio de 2009. Em 2010, entrará em operação e produção o primeiro piloto e seu sistema definitivo em 2015.

A exploração do Pré-Sal vai demandar um volume monumental de recursos, o que constitui outro desafio. Mas isso também não nos assusta.

Como reflexo de sua estabilidade política, da solidez de sua economia, que atravessou quase incólume essa crise devastadora, e da segurança que oferece aos mercados, o Brasil é hoje um dos principais destinos dos grandes investimentos.

Investidores públicos e privados, de inúmeros países, nos têm procurado com frequência cada vez maior, para dizer que estão dispostos a investir no Pré-Sal.

O Brasil é hoje, efetivamente, um País respeitado e admirado em toda parte, e constitui um dos destinos mais seguros e confiáveis para os investidores no Mundo.

Temos pela frente a oportunidade de criar as condições para a promoção do desenvolvimento do País, que demanda formação de pessoal e aquisições de bens e serviços de toda ordem ao setor produtivo.

Mas, antes de tudo, é preciso reconhecer que, nesse contexto, o modelo regulatório vigente não permite ao Governo promover uma gestão estratégica adequada das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural,

de grande relevância para muitos setores econômicos relacionados ao setor petrolífero.

Precisamos remover todos os obstáculos ao desenvolvimento pleno do País.

O cenário atual é bem diverso daquele de dez anos atrás.

O Brasil consolidou um parque industrial pujante e diversificado. A Petrobrás é uma empresa sólida, uma das maiores do mundo, com elevado potencial de captação de recursos e excelente capacitação tecnológica.

Depois de alcançar a faixa dos 150 dólares, o barril do petróleo está hoje estabilizado em torno dos 65 dólares.

Não obstante a crise econômica, o mundo apresenta uma demanda crescente por energia, devendo o petróleo continuar por décadas como uma das principais fontes para a maioria das nações. E, o que é mais importante, a segurança energética mundial depende de fornecedores confiáveis.

É nesse novo cenário que surge a proposta de alteração do marco regulatório do petróleo no Brasil.

ALTERAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO

No mundo, os sistemas contratuais de exploração e produção de petróleo são os mais diversos. Cada país adota o arranjo institucional que julga como o mais adequado aos seus interesses.

Países exportadores com grandes reservas de petróleo, como o Brasil, preferem o regime de partilha. No Brasil, vigora o regime de concessões, que, como afirmei, foi adequado a um cenário que não mais existe.

No entendimento da Comissão Interministerial o modelo mais apropriado ao Brasil, diante das atuais perspectivas para a indústria do petróleo no País, é, sem dúvida, o regime de partilha de produção.

Por manter-se proprietário do óleo produzido, diferentemente do que ocorre no regime de concessão, o Governo exerce maior gerenciamento sobre a produção.

Nossa proposta é no sentido de que tal regime seja estendido para outras áreas que venham a apresentar as mesmas características estratégicas encontradas na região do Pré-Sal, ou seja, alto potencial e baixo risco.

Para as demais áreas e os contratos em vigor, é importante assinalar, será mantido o atual regime de concessão. Ele estabelece que o óleo extraído pertence aos titulares das concessões, mediante o pagamento das participações governamentais.

As regras para as áreas concedidas serão mantidas. Os contratos existentes são intocáveis.

Em resumo vale reforçar:

o novo modelo valerá para áreas ainda não licitadas do Pré-Sal;

serão respeitados os contratos de concessão em vigor; e

o modelo de concessões continuará a reger a atividade nas demais regiões do País.

A NOVA EMPRESA PÚBLICA E O FUNDO SOCIAL

A administração de toda a imensa riqueza prevista na exploração do Pré-Sal deverá estar a cargo de uma nova empresa pública a ser criada – a PETROSAL –, a qual será responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo e gás, zelando pelos interesses da União.

Essa empresa, à qual será vedada a operação, deverá ter um corpo técnico da mais alta competência, cujas atribuições básicas constarão em lei, e um número reduzido de empregados.

Na exploração dessa riqueza da União, entende-se que é próprio do Governo gerir esses recursos da forma mais adequada, permitindo investimentos de porte, em especial, em programas sociais, de educação, de cultura, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento ambiental e no combate à pobreza.

Por essa razão, estamos propondo a criação do Novo Fundo Social que, além desses objetivos fundamentais citados, permita evitar os problemas pelos quais passaram países que descobriram grandes riquezas de uma hora para outra.

Senhoras e senhores,

Estamos vivendo um momento de definição do futuro que desejamos para o Brasil, instante de afirmação de nossa nacionalidade, como país livre, soberano e democrático.

As riquezas decorrentes da exploração do Pré-Sal podem, assim, contribuir não apenas para fortalecer a economia, como – e principalmente – para modificar a nossa base social e humana.

Esse tesouro, que pertence a todos os brasileiros, ajudará o Brasil a consolidar, definitivamente, uma posição de protagonismo na geopolítica mundial.

Não podemos esperar mais!

Joaquim Nabuco, um grande brasileiro, ensinava que “as conquistas que vêm tarde já chegam frias”.

Posso dizer, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, que em nenhuma outra época no Brasil se conjugaram tantas esperanças e tanta confiança como agora.

Por isso, a hora é esta.

Vamos iniciar um grande debate nacional para decidir o nosso destino.

O Brasil não tem tempo a perder.

Muito obrigado.